

## OFÍCIO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

AEDAS - ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL  
NACAB - NÚCLEO DE ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS

As Assessorias Técnicas Independentes AEDAS e NACAB, legalmente constituídas como assessoras técnicas das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, apresentam oficialmente, ao conhecimento do Ministério Público Federal, os seguintes documentos anexos:

1. NOTA DA COMISSÃO DE ATINGIDOS/AS DOS POVOS COMUNIDADES DE TRADIÇÃO RELIGIOSA ANCESTRAL DE MATRIZ AFRICANA (PCTRAMA) DE REPÚDIO AO ACORDO JUDICIAL ENTRE VALE S.A., ESTADO DE MINAS GERAIS E INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA;
2. CARTA DO CENTRO NACIONAL DE AFRICANIDADE E RESISTÊNCIA AFRO-BRASILEIRA;
3. PROTOCOLO DE CONSULTA PRÉVIA AOS POVOS COMUNIDADES DE TRADIÇÃO RELIGIOSA ANCESTRAL DE MATRIZ AFRICANA (PCTRAMA) DA REGIÃO 02 DA BACIA DO RIO PARAÓPEBA;
4. MATRIZ DE MEDIDAS EMERGENCIAIS DOS POVOS COMUNIDADES DE TRADIÇÃO RELIGIOSA ANCESTRAL DE MATRIZ AFRICANA (PCTRAMA) DA REGIÃO 02 DA BACIA DO RIO PARAÓPEBA;

Para subsídio de denúncia do Ministério Público Federal diante da ausência de participação, conforme legalmente prevista, dos Povos Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA) no âmbito da negociação de acordo judicial entre Vale S.A, Estado de Minas Gerais e Instituições de Justiça, acerca da reparação integral dos danos decorrentes do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão.

Os anexos também se prestam a reivindicar visibilidade dos povos e comunidades de matrizes religiosas africanas, no âmbito das ações de identificação de danos e reparação.

Sem mais para o momento, permanecemos à disposição para prosseguimento das reivindicações dos direitos dos Povos Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA).

Belo Horizonte,

08 de dezembro de 2020